



POLÍCIA COMUNITÁRIA NAS ESCOLAS: UMA ANÁLISE DO PROJETO ESCOLA SEGURA, ALUNO CIDADÃO NA CIDADE DE MANAUS

Giêr Monteiro Memória¹, Arnaldo Costa Gama²



<https://doi.org/10.36557/2009-3578.2025v11n2p8701-8723>

Artigo recebido em 9 de Outubro e publicado em 9 de Dezembro de 2025

ARTIGO ORIGINAL

RESUMO

O presente artigo analisa a aplicação dos princípios da doutrina de Polícia Comunitária nas escolas públicas de Manaus, tendo como objeto o Projeto Escola Segura, Aluno Cidadão (PESAC), desenvolvido pela Polícia Militar do Amazonas (PMAM). O estudo parte de uma revisão bibliográfica sobre a filosofia da polícia comunitária, com base na Diretriz Nacional de Polícia Comunitária (2019) e em pesquisas que discutem o policiamento comunitário e programas de prevenção à violência no ambiente escolar. Metodologicamente, adota abordagem qualitativa, de natureza exploratória e descritiva, utilizando a análise de conteúdo dos relatórios institucionais do PESAC referentes aos anos de 2023 e 2024. As etapas metodológicas envolveram a seleção dos documentos, a definição de objetivos e a análise dos indicadores de produtividade do programa. Os resultados apontam que o PESAC contribui para a promoção da segurança e da cultura de paz nas escolas públicas de Manaus, fortalecendo valores de cidadania, disciplina e convivência social. Contudo, observou-se a ausência de um modelo sistemático de avaliação de efetividade, o que limita o monitoramento dos resultados e a ampliação do programa. Conclui-se que a efetividade do PESAC depende da institucionalização de práticas de proximidade, mediação de conflitos e coprodução com a comunidade escolar, acompanhadas de instrumentos de avaliação contínua baseados em indicadores sociais, educacionais e operacionais. Assim, o programa se destaca como importante política pública de segurança preventiva e promoção da cidadania no contexto educacional amazonense.

¹ Especialista em Segurança Pública, é Bacharel em Direito pela Universidade Federal do Amazonas e Licenciado em Letras pela Universidade do Estado do Amazonas. Atualmente é Policial Militar da Polícia Militar do Amazonas e Graduando no Curso de Bacharelado em Segurança Pública e do Cidadão (CFO/UEA). E-mail: giermemoria@gmail.com – Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4764539419506593> - <https://orcid.org/0009-0009-0621-3465>

² Doutor em Estudos Urbanos e Regionais (UFRN). É instrutor e professor no Curso de Formação de Oficiais da Polícia Militar do Amazonas no Curso de Bacharelado em Segurança Pública e do Cidadão da UEA (CFO/PMAM) – e-mail: arnaldo.gama@gmail.com – e-mail: link do lattes: <http://lattes.cnpq.br/3877335159680816>. Orcid. <https://orcid.org/0000-0002-6500-9538>



Palavras-chave: Polícia Comunitária; Violência escolar; políticas públicas de prevenção criminal; Polícia Militar do Amazonas.

COMMUNITY POLICING IN SCHOOLS: AN ANALYSIS OF THE ESCOLA SEGURA, ALUNO CIDADÃO PROJECT IN THE CITY OF MANAUS

ABSTRACT

This article analyzes the application of the principles of the Community Policing doctrine in public schools in Manaus, focusing on the Escola Segura, Aluno Cidadão (Safe School, Citizen Student) Project (PESAC), developed by the Military Police of Amazonas (PMAM). The study begins with a literature review on the philosophy of community policing, based on the National Community Policing Directive (2019) and research discussing community policing and violence prevention programs in the school environment. Methodologically, it adopts a qualitative approach, exploratory and descriptive in nature, using content analysis of institutional reports from PESAC for the years 2023 and 2024. The methodological stages involved the selection of documents, definition of objectives, and analysis of the program's productivity indicators. The results indicate that PESAC contributes to promoting safety and a culture of peace in public schools in Manaus, strengthening values of citizenship, discipline, and social coexistence. However, the absence of a systematic effectiveness evaluation model was observed, which limits the monitoring of results and the expansion of the program. It is concluded that PESAC's effectiveness depends on the institutionalization of proximity practices, conflict mediation, and co-production with the school community, accompanied by continuous evaluation instruments based on social, educational, and operational indicators. Thus, the program stands out as an important public policy for preventive security and citizenship promotion in the educational context of Amazonas.

Keywords: Community Policing; School Violence; Public Policies for Criminal Prevention; Military Police of Amazonas.

Instituição afiliada – UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS – UEA.

Autor correspondente: Giêr Monteiro Memória giermemoria@gmail.com _



1. INTRODUÇÃO

Desde os anos 1980, o avanço da violência urbana reposicionou a escola pública como espaço de vulnerabilidade social, tensionado por conflitos entre alunos, violência contra professores e tráfico de drogas. Em Manaus, transformações socioespaciais, como expansão periférica, adensamento populacional e déficits de infraestrutura, produziram territórios em que a escola convive com circulação de drogas, danos ao patrimônio e medo incorporado às rotinas pedagógicas (Magalhães, 2021).

Importante refletir, ainda, que o tema acerca do envolvimento de jovens e adolescentes em conflitos com a lei, nos últimos anos, tem sido objeto de interesse de cientistas sociais em diversos núcleos de pesquisas do Brasil, envolvendo universidades, formuladores de políticas públicas e um número amplo de profissionais. De acordo com Pimenta (2014, p. 266) são pesquisas que buscam “compreender o envolvimento de jovens com a violência, seja como vítimas, seja como perpetradores de atos violentos e/ou delituosos”, especialmente em contextos escolares.

No Brasil, é cada vez mais comum o envolvimento de adolescentes em crimes como latrocínios, tráfico de drogas, brigas de gangues e rebeliões em centros de detenção juvenil, com grande repercussão na mídia. Episódios de massacres em escolas, como o atentado na Escola Estadual Professor Raul Brasil em 2019 e o massacre na Escola Municipal Tasso da Silveira em 2011, chocaram a sociedade brasileira pela violência extrema. Em 2021, o Governo Federal evitou dez massacres planejados em escolas com a parceria das Polícias Cíveis e do Ministério da Justiça e Segurança Pública. Em Manaus, Magalhães (2023) revela que as escolas das periferias estão sendo sitiadas pelo tráfico de drogas, gerando medo e insegurança entre os profissionais da educação, dificultando o trabalho escolar e afetando alunos e comunidade. A pesquisa também indica que a segurança pública tem dificuldades em conter o crime nessas áreas vulneráveis. É nesse contexto que o presente estudo se situa. De um lado, uma complexa realidade de violência presentes nas escolas do país e, do outro, o papel dos órgãos de segurança pública como promovedoras da paz social, da prevenção criminal e da manutenção da ordem e segurança pública.

Nesse mesmo ambiente, surge a necessidade de aproximação cada vez mais necessária entre as forças policiais com diversos segmentos sociais e institucionais, discurso mobilizado sob a filosofia do policiamento comunitário, entendido como estratégia



organizacional voltada à prevenção, coprodução da segurança e resolução de problemas com a comunidade (Brasil, 2019). De acordo com Mesquita Neto (2004), muitos países da América do Norte e da Europa Ocidental inovaram sua estrutura e seu *modus operandi*, reconhecendo um novo modelo de polícia, que tem como escopo a centralidade da comunidade como base nas ações preventivas do crime, a reorganização das atividades de policiamento, mobilizando a comunidade na prevenção do crime e, por último, a inclusão de pessoas civis nas etapas de planejamento, execução, monitoramento e avaliação das ações de policiamento.

No contexto brasileiro, a adoção da filosofia de polícia comunitária vem sendo desenvolvida a partir da década de 1980, momento em que as polícias militares dos estados objetivavam reestruturar suas ações diante da Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988). Assim, foi no ano de 1991 que ocorreu o I Congresso de Polícia e Comunidade, promovido pela Polícia Militar do Estado de São Paulo, tornando-se um marco para aguçar as discussões sobre a temática (Brasil, 2013). Nessa conjuntura, iniciativas de prevenção criminal têm se expandido em diversos estados brasileiro, com a implementação de projetos e programas escolares pelas Polícias Militares, com foco na prevenção de conflitos e violência nas escolas.

No âmbito da Polícia Militar do Amazonas (PMAM), a instituição vem atuando com programas que visam promover uma cultura de proximidade com os atores sociais, especialmente instituições escolares. A exemplo disso, tem-se a implantação dos colégios cívico-militares. Atualmente, o Amazonas possui nove unidades dos Colégios Militares da Polícia Militar (CMPMs), oito localizados em Manaus e um no município de Manacapuru. Outro projeto em desenvolvimento é o Programa Estadual das Escolas Cívico-Militares (PECIM), coordenador pela Secretaria de Segurança Pública e operacionalizado por policiais militares e corpo escolar, sendo que o projeto se volta para a Rede Estadual de Ensino do estado do Amazonas e foi instituído pelo Decreto nº 49 e segue um plano de políticas públicas estratégicas no Amazonas. O Programa tem como objetivo promover uma gestão de excelência nas áreas educacional e administrativa da Rede Estadual de Ensino, baseada nos padrões e ensino adotados pelos colégios militares do Exército, da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar.

No Estado do Amazonas, a Polícia Militar do Amazonas (PMAM) tem desenvolvido ações que fortalecem a relação entre segurança pública e educação, promovendo o diálogo com a comunidade escolar. Entre essas iniciativas estão os Colégios Militares da Polícia Militar



(CMPMs), o Programa Estadual das Escolas Cívico-Militares (PECIM) e o Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD). Dentre esses projetos, destaca-se o Programa Escola Segura, Aluno Cidadão (PESAC), que busca promover a segurança e a cidadania nas escolas públicas de Manaus, mediante ações educativas, palestras, patrulhamento comunitário, mediação de conflitos e atividades de integração entre policiais, alunos e famílias. O PESAC foi concebido sob os princípios da polícia comunitária e atua de forma preventiva, buscando reduzir a presença de crimes e situações de violência nos ambientes escolares.

Dessa forma, o problema de pesquisa deste estudo consiste em compreender como o Projeto Escola Segura, Aluno Cidadão (PESAC), desenvolvido pela Polícia Militar do Amazonas, tem contribuído para a redução da violência e da criminalidade nas escolas públicas de Manaus onde atua, especialmente nas regiões periféricas, e como suas ações têm promovido melhorias na segurança escolar, no comportamento dos alunos e na relação entre comunidade e escola.

Assim, o objetivo geral da pesquisa é analisar de que forma o Projeto Escola Segura, Aluno Cidadão (PESAC) tem contribuído para a redução da violência e da criminalidade nas escolas públicas de Manaus, à luz dos princípios da polícia comunitária. Para tanto, busca-se nos objetivos específicos: Descrever o contexto da violência e da criminalidade nas escolas públicas de Manaus, especialmente nas localizadas em áreas periféricas, e suas repercussões no cotidiano escolar; Examinar a concepção, os princípios e as diretrizes do PESAC no âmbito da política de polícia comunitária da PMAM; Analisar as principais ações desenvolvidas pelo PESAC nas escolas participantes, considerando suas estratégias preventivas e educativas. O presente trabalho pretende contribuir para o debate sobre a integração entre segurança pública e educação, evidenciando o PESAC pode fortalecer a cooperação entre escola, comunidade e polícia, na busca por soluções sustentáveis e integradas para a violência escolar.

2. METODOLOGIA

O delineamento metodológico da pesquisa foi construído de modo a permitir uma análise abrangente e crítica das ações desenvolvidas pela Polícia Militar do Amazonas (PMAM) no contexto escolar, considerando as especificidades sociais, territoriais e institucionais das escolas públicas localizadas em áreas periféricas da cidade.



Neste sentido, trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa e aplicada, que, conforme Gil (2017), busca compreender fenômenos sociais em profundidade, considerando seus significados e contextos, além de propor soluções práticas para problemas concretos. Nesse sentido, o estudo também assume caráter exploratório e descritivo, conforme as definições de Prodanov; Freitas (2013), uma vez que procura identificar, caracterizar e analisar o funcionamento do PESAC nas escolas, bem como descrever suas práticas, resultados e desafios, à luz dos princípios do policiamento comunitário.

O caráter aplicado da pesquisa se justifica pela intenção de analisar as ações implementadas pelo PESAC e propor reflexões e aprimoramentos que possam contribuir para o fortalecimento da política de segurança escolar no Estado do Amazonas. Nessa perspectiva, a metodologia adotada visa tanto à compreensão teórica do fenômeno quanto à proposição de estratégias de aperfeiçoamento das práticas já existentes, em consonância com Fleury e Werlang (2017), que conceituam as pesquisas aplicadas como aquelas voltadas à solução de problemas específicos de natureza prática.

Para fundamentar teoricamente o estudo, foi realizada uma revisão bibliográfica voltada à compreensão dos princípios da polícia comunitária, sua relação com o contexto escolar e suas aplicações no Brasil. As fontes consultadas incluem obras de referência sobre segurança pública, documentos oficiais como a Diretriz Nacional de Polícia Comunitária (Brasil, 2019) e estudos acadêmicos sobre violência escolar, policiamento comunitário e gestão educacional.

No plano empírico, a pesquisa adota uma abordagem descritivo-analítica, com ênfase na análise de conteúdo dos relatórios institucionais de produtividade do PESAC, referentes aos anos de 2023 e 2024. Conforme Bardin (2016), a análise de conteúdo é uma técnica metodológica que permite examinar comunicações e documentos de forma sistemática, buscando identificar significados, tendências e inferências a partir dos dados. Essa técnica foi escolhida por possibilitar uma leitura aprofundada das ações e resultados apresentados pela PMAM, permitindo a interpretação dos dados à luz dos objetivos do programa e dos princípios da polícia comunitária.

As etapas da análise de conteúdo seguem o modelo proposto por Bardin (2016), compreendendo: (a) a pré-análise, na qual se realizou a seleção dos documentos e relatórios institucionais que compõem o corpus da pesquisa; (b) a exploração do material, que envolveu



a leitura flutuante, categorização temática e codificação das informações mais relevantes; e (c) o tratamento dos resultados e interpretação, etapa em que os dados foram organizados, comparados e interpretados de forma articulada com os objetivos da pesquisa e com o referencial teórico.

A seleção dos documentos analisados considerou os relatórios anuais de produtividade do PESAC, fornecidos pela Polícia Militar do Amazonas, contendo informações sobre o número de escolas atendidas, ações realizadas, indicadores de redução de ocorrências e projetos de integração comunitária. Essa documentação foi complementada com dados qualitativos oriundos de registros institucionais e materiais de divulgação do programa, a fim de permitir uma visão mais completa do seu alcance e efetividade.

A análise foi conduzida de modo a atender aos objetivos específicos da pesquisa, permitindo: (1) descrever o contexto da violência nas escolas públicas de Manaus; (2) identificar os princípios e diretrizes do PESAC como instrumento de polícia comunitária; (3) analisar suas ações preventivas e educativas no ambiente escolar; (4) avaliar os impactos observados na redução da violência e nas mudanças comportamentais dos alunos; e (5) refletir sobre a efetividade do programa na construção de uma cultura de paz e cidadania.

3. REFERÊNCIAL TEÓRICO

3.1. VIOLÊNCIA NAS ESCOLAS: DESAFIOS E PERSPECTIVAS

Nos últimos anos, o Brasil tem enfrentado desafios singulares na área da segurança pública, e a escola, enquanto espaço social e formador de cidadania, tem refletido diretamente os efeitos desses conflitos. A violência que afeta o ambiente escolar não se restringe apenas aos ataques armados e massacres que chocam o país, se manifesta também nas formas cotidianas de insegurança presentes nos territórios e entornos das escolas. Esses fenômenos afetam o cotidiano educacional, interrompem o calendário letivo e comprometem o bem-estar de alunos, professores e da comunidade escolar como um todo (ObservaDH, 2024).

De acordo com o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), analisado pelo Observatório Nacional dos Direitos Humanos (2024), 669 escolas brasileiras tiveram o calendário escolar interrompido em 2021 devido a episódios de violência, o que representa 0,9% das instituições pesquisadas. A maioria dessas escolas (89,7%) está localizada em áreas



urbanas, revelando uma forte relação entre o adensamento populacional, vulnerabilidade social e maior incidência de conflitos. Ainda segundo o relatório, 1.295 escolas (1,7%) relataram ao menos um episódio de tiroteio ou bala perdida no mesmo período, sendo que 93,1% dessas instituições localizam-se em perímetro urbano, com destaque para o estado do Rio de Janeiro, onde 586 escolas (13,5%) registraram ocorrências dessa natureza. Esses dados reforçam a dimensão territorial da violência escolar e sua forte correlação com a urbanização desigual e com a ausência de políticas de segurança integradas ao ambiente educacional.

As consequências desses episódios ultrapassam a dimensão física e material. Eles geram medo, insegurança e desorganização na rotina escolar, produzindo um ambiente psicossocial que afeta diretamente o aprendizado e o convívio escolar. A Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PeNSE), realizada pelo Ministério da Saúde em parceria com o IBGE e o Ministério da Educação, revelou que 11,6% dos estudantes de 13 a 17 anos deixaram de frequentar a escola nos 30 dias anteriores à pesquisa por falta de segurança no trajeto casa-escola, e 10,8% se ausentaram por medo dentro da própria instituição (Brasil, 2019). Esses indicadores evidenciam que o sentimento de insegurança interfere na frequência escolar, impactando negativamente o desempenho acadêmico e o desenvolvimento socioemocional dos alunos.

A percepção de segurança também está diretamente associada à qualidade dos serviços públicos e à presença de escolas bem avaliadas nas comunidades. Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), realizada pelo IBGE em 2021, apenas 25,9% das pessoas com 15 anos ou mais relataram sentir-se inseguras ao andar sozinhas nas redondezas de suas residências quando havia uma creche ou escola pública avaliada como boa ou ótima. Em contrapartida, 41,7% afirmaram sentir-se inseguras em áreas com instituições educacionais classificadas como ruins ou péssimas. Esses dados apontam para uma correlação positiva entre a percepção de qualidade das escolas e a sensação de segurança territorial, indicando que a presença de instituições educacionais estruturadas e integradas à comunidade contribui para o fortalecimento da coesão social e para a redução dos medos urbanos (ObservaDH, 2024).

No contexto específico de Manaus, os estudos de Magalhães (2023) demonstram que a violência no entorno das escolas públicas tem estreita relação com a territorialidade do tráfico de drogas. Em áreas periféricas, a escola, muitas vezes, se torna refém de dinâmicas



criminais locais, atuando em meio a um ambiente marcado pela disputa de poder, pelo medo e pela ausência de infraestrutura adequada. O autor ressalta que escolas situadas em regiões dominadas por facções criminosas enfrentam desafios como intimidação de docentes, evasão escolar e danos ao patrimônio, o que afeta diretamente o processo pedagógico e a qualidade da educação.

Nesse cenário, a atuação da Polícia Militar do Amazonas (PMAM) nas escolas públicas ganha destaque, especialmente por meio do Projeto Escola Segura, Aluno Cidadão (PESAC), que se insere na filosofia da polícia comunitária e busca reduzir a criminalidade e a violência escolar através da proximidade com a comunidade educativa. A presença constante de policiais militares nas escolas participantes tem contribuído para o fortalecimento do sentimento de segurança, a melhoria da convivência escolar e a promoção de valores cívicos e éticos entre os alunos.

3.2. SEGURANÇA NAS ESCOLAS: UMA ANÁLISE A PARTIR DA FILOSOFIA DE POLÍCIA COMUNITÁRIA

A aproximação entre escola pública e policiamento comunitário no Brasil tem sido respaldada por normativas que concebem essa modalidade como uma filosofia organizacional voltada à prevenção, à proximidade e à resolução colaborativa de problemas com a comunidade escolar. Segundo a *Diretriz Nacional de Polícia Comunitária* da Secretaria Nacional de Segurança Pública, fundamentada em Rosembaum (2002) e Skolnick e Bayley (2002), “o termo polícia comunitária representa um marco na mudança da forma de fazer polícia na sociedade contemporânea e, não somente isso, mas um retorno àquilo que sempre deveria ter sido a atividade de polícia” (BRASIL, 2019, p. 13). Nesse sentido, o policiamento comunitário propõe uma reconfiguração da função policial, aproximando-a das dinâmicas sociais e educacionais, e promovendo uma relação pautada na confiança e na corresponsabilidade entre polícia e comunidade.

Não existe um conceito único de polícia comunitária no Brasil, mas, conforme Cerqueira (2001, p. 32), o mais aceito entre as corporações policiais define que:

Polícia Comunitária é uma filosofia e uma estratégia organizacional que proporciona uma nova parceria entre a população e a polícia. Tal parceria baseia-se na premissa de que tanto a polícia quanto a comunidade devem trabalhar juntas para identificar, priorizar e resolver problemas contemporâneos, tais como crime, drogas, medo do crime, desordens físicas e morais, e, em geral, a decadência do bairro, com o objetivo de melhorar a qualidade geral de vida da área (Cerqueira, 2001, p. 32).

Essa concepção revela que a essência da polícia comunitária não está na ação coercitiva,



mas na prevenção e na coprodução da segurança pública. Essa perspectiva ganha relevância no contexto escolar, ao reconhecer a escola como um espaço estratégico de convivência social e de formação cidadã.

A Diretriz Nacional de Polícia Comunitária (BRASIL, 2019) estabelece quatro pilares centrais dessa filosofia: a filosofia, a estratégia, a organização e a parceria. A filosofia refere-se à forma de compreender e se relacionar com a realidade, fundamentada em princípios de respeito, diálogo e valorização da comunidade. A estratégia, por sua vez, diz respeito ao planejamento das ações de modo a transformar a presença policial em um instrumento pedagógico e de prevenção, e não apenas de repressão. A organização implica a articulação entre diferentes setores: direção, coordenação pedagógica, professores e forças de segurança, para definição de papéis e fluxos de atendimento. A parceria constitui-se no vínculo de confiança e cooperação entre escola e polícia, que deve ser contínuo e participativo.

Nesse contexto, a Polícia Comunitária dialoga diretamente com a educação. Sua filosofia se aproxima da missão escolar de formar cidadãos críticos, conscientes e socialmente responsáveis. A presença policial, quando orientada por essa visão, deve ocorrer de maneira planejada e integrada ao projeto político-pedagógico da escola, por meio de ações como palestras, rodas de conversa, mediação de conflitos e acompanhamento de famílias.

A escola passa a ser vista como um espaço de construção conjunta da paz social, em que o policial atua como agente de prevenção e promotor de cidadania, não apenas como figura de autoridade. Nesse sentido, o Programa Escola Segura, Aluno Cidadão (PESAC), desenvolvido pela Polícia Militar do Amazonas, exemplifica a aplicação prática dessa filosofia ao aproximar a instituição policial das comunidades escolares, promovendo a cooperação e a corresponsabilidade na prevenção da violência.

A educação, como destaca Ariès (1986), constitui um espaço fundamental de socialização e aprendizado de condutas, mas sua efetividade depende da articulação entre escola, família, cultura e Estado. As deficiências estruturais das redes públicas, sobretudo nas periferias, contribuem para a evasão escolar, o baixo rendimento e o aumento da violência. Nesse cenário, as políticas públicas de segurança, especialmente as baseadas no policiamento comunitário, assumem papel decisivo.

Ainda segundo Guedes e Anjos (2018. p. 3): “a polícia tem como modelo significativo



para respaldar suas ações sociais o policiamento comunitário, baseado em direitos humanos, cidadania e participação social”, o que reforça a importância de ações conjuntas entre educação e segurança pública. Assim, a filosofia de polícia comunitária torna-se um instrumento estratégico para fortalecer o papel da escola como espaço de proteção, convivência e promoção da paz.

3.3. POLÍTICAS PÚBLICAS E A EFETIVIDADE DE PROGRAMAS DE PREVENÇÃO CRIMINAL NO BRASIL

A Constituição Cidadã de 1988, logo após o longo período autoritário do Regime Militar, deu especial atenção aos direitos sociais, conforme artigo 6º, Caput, da CF: São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.

Como preleciona Lenza (2017), os direitos sociais são entendidos como direitos de segunda dimensão e apresentam-se como prestações positivas a serem implementadas pelo Estado Social de Direito, tendentes a concretizar a perspectiva de uma isonomia substancial e social na busca de melhores e adequadas condições de vida, estando, ainda, consagrados como fundamentos da República Federativa do Brasil. A Constituição de 1988 (Brasil, 1988), ao elencar a educação e a segurança como direitos sociais, coloca em relevo que ambos os direitos devem ser garantidos por meio de políticas públicas estruturadas. No campo da educação, isso envolve oferta de vagas e infraestrutura escolar, assim como políticas de permanência, qualidade do ensino, formação de professores e construção de um ambiente escolar acolhedor, seguro e democrático.

No que diz respeito à segurança, a Constituição aponta para uma concepção mais ampla que vai além do policiamento repressivo, incluindo ações de prevenção à violência, mediação de conflitos e proteção de grupos vulneráveis, especialmente crianças e adolescentes. Trabalhadas em conjunto, as políticas de educação e segurança podem produzir efeitos muito mais consistentes do que quando atuam de forma isolada.

Nesse diapasão, programas de prevenção nas escolas, parcerias entre secretarias de Educação e Segurança Pública, atuação comunitária da Polícia Militar em ambiente escolar, projetos de cidadania, cultura de paz e enfrentamento às violências (bullying, drogas, violência



doméstica, aliciamento por organizações criminosas) são exemplos de ações integradas. A escola passa a ser reconhecida como espaço estratégico de prevenção social da violência, enquanto os órgãos de segurança deixam de agir apenas de forma reativa, passando a atuar de maneira educativa, orientadora e próxima da comunidade.

Dessa forma, concretiza-se o espírito da Polícia Democrática (Bayley, 2005), concepção esta que fundamenta-se no próprio espírito da Constituição Cidadã: políticas públicas articuladas, voltadas à dignidade da pessoa humana e à proteção integral de crianças e jovens:

Num contexto democrático, as polícias não deixam de usar a força, mas o fazem no sentido de permitir o exercício da cidadania e o fortalecimento dos princípios da democracia. Disso resulta que a principal mudança de uma polícia autoritária para uma democrática é a forma como ela se relaciona com a sociedade. Com o policiamento democrático não se pretende construir outra polícia, porém mudar as ações das polícias existentes. [...]. Essas questões têm por intuito mostrar que o policiamento democrático implica mudanças na forma de controle social, a qual se fundamenta no respeito ao estado de direito, aos direitos dos cidadãos e aos princípios da democracia. Decerto, a instituição policial tem de se adequar ao contexto de democracia, caso contrário a concepção de policiamento democrático dificilmente avança (Rocha, 2013, p. 60).

Dessa maneira, evidencia-se que a promoção de políticas públicas nas áreas de segurança e educação depende da atuação proativa do Estado, por meio da implementação de ações que assegurem os direitos sociais, materializados por instituições estatais democráticas. Desta maneira, conforme ensina Marques (2000), políticas públicas podem ser entendidas como o conjunto de ações desenvolvidas pelo Estado, nas esferas federal, estadual e municipal, voltadas ao bem coletivo, buscando, por meio dos instrumentos de que dispõe, realizar intervenções socialmente relevantes, decorrentes de uma obrigação de fazer atribuída ao próprio Estado.

Assim, o desafio central neste tópico reside na problemática de discutir as ações das Polícias militares como promovedora de políticas públicas na área da educação e segurança, assim como a efetividade das intervenções de prevenção no cotidiano escolar realizadas. Para isso, realizaremos uma revisão bibliográfica sobre o tema, tomando como base de estudos programas de prevenção escolar. O PROERD, programa de resistência as drogas e a violência é um exemplo de atuação a longo prazo na prevenção no contexto escolar a crianças e adolescentes, mas que também apresenta limitações quanto ao processo avaliativo do programa.

Após análise de dezessete pesquisas sobre o tema, Valente et al. (2022) identificaram que os efeitos positivos concentram-se no 7º ano, quando ministrado por professores e com



adaptação cultural. Já no 5º ano, os resultados são predominantemente nulos, e as versões aplicadas por policiais carecem de comprovação robusta em ensaios controlados randomizados fora do Brasil. Esses achados reforçam a premissa de que proximidade sem pedagogia não é suficiente, e pedagogia sem avaliação não se sustenta.

Em estudo realizado em São Paulo, Sanchez al. al. (2020) objetivaram realizar uma pesquisa sobre avaliação da efetividade do PROERD fundamentada na aprendizagem socioemocional e voltada ao desenvolvimento de habilidades de vida para prevenir uso de drogas e violência/bullying. Os resultados indicaram que, após 9 meses, não houve diferenças significativas entre grupos quanto aos desfechos principais: iniciação e persistência no uso de álcool e outras drogas (tabaco, maconha, inalantes e cocaína) e prática/vitimização por *bullying*, tanto no 5º quanto no 7º ano, independentemente do método analítico adotado (casos completos e intenção de tratar).

Outro estudo que fundamenta esta análise, intitulado Ações sociais da Polícia Militar: PROERD e Projeto Polícia Mirim Cidade de Uruaçu-GO, através de estudo descritivo e quantitativo, através de entrevistas e questionário simples aplicado aos participantes de 8 a 15 anos, Guedes e Anjos (2018), relatam que houve melhoras perceptíveis em frequência/comportamento e apoio ao combate à evasão via transporte, alimentação e acompanhamento, além de desenvolvimento interpessoal.

4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

4.1. PROJETO ESCOLA SEGURA, ALUNO CIDADÃO NAS ESCOLAS DE MANAUS

O Projeto Escola Segura, Aluno Cidadão surgiu após uma Audiência Pública na Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas com a finalidade de tratar da insegurança nas escolas da SEDUC. No âmbito da Polícia Militar, o programa foi instituído através da Portaria Normativa nº 001/Gabinete do Comandante Geral, de 31 de outubro de 2018, o qual aprovou também o Manual de Implantação do Projeto Escola Segura e Cidadã. Posteriormente, foi instituído pelo Decreto nº 42.036/2020 no âmbito das SSP/AM e a Portaria nº 002/2022, da Polícia Militar que ampliou a sua implantação na capital e interior do Amazonas. O objetivo do programa constitui-se na promoção de cidadania, hierarquia, meritocracia, espírito de liderança, civismo e a disciplina, além de resgatar valores éticos na rede de Ensino Público no Amazonas, através de uma Gestão Cívico-Militar desenvolvida em conjunto com ações



preventivas de Segurança Pública, tudo isso agregados ao Projeto Político Pedagógico das instituições de ensino.

A importância do Projeto para a Polícia Militar do Amazonas está, também, materializada no seu Planejamento Estratégico (2023 - 2032), em que concebe o Projeto Escola Segura, Aluno Cidadão no Eixo de Programas Sociais (Meta XXVIII), que objetiva fomentar ações preventivas de cidadania e segurança nas escolas e comunidades, ampliando o alcance do programa para noventa unidades de ensino da rede pública até dezembro de 2032, na capital e no interior (PMAM, 2023).

No contexto amazonense, os relatórios disponibilizados pela coordenação do Projeto Escola Segura, Aluno Cidadão (PESAC) evidenciam uma aposta da Polícia Militar do Amazonas na parceria institucional com a escola, com presença regular e componente formativo (PMAM, 2024).

De acordo com o Relatório do Programa no ano de 2024,

O Projeto visa trabalhar com a meritocracia, destacando os alunos com melhores rendimentos, fazendo com que os outros também busquem ser destaques. Como resultado, pode observar que veio somar e muito nos resultados desejados que é proporcionar um ambiente escolar seguro para os discentes, combater qualquer tipo de violência nas escolas, além, é claro, de resgatar valores deixados com o tempo, buscando com que nossas crianças e adolescentes tornem-se cidadãos críticos e reflexivos, com vez e voz na sociedade, que possam reconhecer seus direitos e praticar os seus deveres (PESAC, 2024. p. 2).

O próprio título Projeto Escola Segura, Aluno Cidadão (PESAC) já aponta uma dupla finalidade: a) proteção do espaço escolar, através da prevenção e presença policial; e b) formação cívica e participativa. Nesse sentido, o projeto é descrito como estratégia para reduzir violências na escola e, ao mesmo tempo, resgatar valores e fortalecer a construção de crianças e adolescentes críticos e reflexivos, capazes de reconhecer direitos e cumprir deveres.

Essa leitura dialoga com a Diretriz Nacional de Polícia Comunitária, porque desloca a segurança escolar de uma lógica apenas reativa para uma lógica proativa e preventiva, sustentada por filosofia e estratégia de aproximação com a comunidade escolar, por uma organização policial orientada à resolução de problemas e por parcerias com gestores, professores, famílias e alunos. De acordo com Mello (2025), sobre políticas públicas de prevenção nas escolas,

[...] tão importante quanto o enfrentamento da criminalidade, as estratégias preventivas são consideradas essenciais para resultados a médio e longo prazo. Integrando o Plano Estadual de Segurança Pública e Defesa Social (2021-2030), o trabalho preventivo nas escolas e comunidades é um dos eixos prioritários do



**POLÍCIA COMUNITÁRIA NAS ESCOLAS: UMA ANÁLISE DO PROJETO ESCOLA SEGURA,
ALUNO CIDADÃO NA CIDADE DE MANAUS**

Memoria e Gama, 2025.

programa Amazonas Mais Seguro, lançado em 2021. O programa “DPV nas Escolas”, foi desenvolvido para atuar nos 61 municípios do Estado em toda a rede (Mello, 2025, p. 12).

No ano de 2024, o PESAC atendeu cerca de 23 mil alunos em 23 escolas da capital e do interior, realizando mais de 2.200 ações, entre palestras, visitas escolares, treinamentos, reuniões com pais e buscas ativas. Em manaus, existem 13 escolas atendidas pelo Projeto, conforme lista abaixo:

Quadro 1 – Relação de escolas atendidas pelo PESAC em Manaus, 2024.

ESCOLAS	NÍVEL DE ENSINO	BAIRRO E ZONA
Escola Estadual Professora Hilda Tribuzy	Fundamental I e II	Cidade Nova I - Zona Norte
Escola Estadual Cid Cabral da Silva	Ensino Médio	Cidade Nova - Zona Norte
Escola Estadual de Tempo Integral Maria do Céu Vaz D'Oliveira	Ensino Médio	Cidade Nova - Zona Norte
Escola Estadual Letício de Campos Dantas	Fundamental II e Avançar	Cidade Nova- Zona Norte
Escola Estadual Dra Zilda Arns Neumann	Fundamental I e II – Avançar	Conjunto Cidadão V - Zona Norte
Escola Estadual Ernesto Pinho Filho	Fundamental II e Ensino Médio	Cj. Galileia - ZONA NORTE
Escola Estadual Sebastião Norões	Fundamental II e Ensino Médio	Cidade Nova - Zona Norte
Escola Estadual Ângelo Ramazzotti	Ensino Médio	Adrianópolis - Zona Centro-Sul
Escola Estadual Antogildo Pascoal Viana	Fundamental II e Ensino Médio	Novo Israel - Zona Norte
Escola Estadual Ana Lúcia de Moraes Costa e Silva	Fundamental I e II	Novo Israel - Zona Norte
Escola Estadual Osmar Pedrosa	Fundamental I e II – Avançar	Cidade Nova - Zona Norte
Escola Estadual Belarmino Marreiro	Fundamental II e Ensino Médio	Novo Aleixo - Zona Norte
Escola Estadual Juracy Batista Gomes	Fundamental I e II	Cidade Nova - Zona Norte

Fonte: PESAC (2024).

No interior do estado do Amazonas, o projeto atende 10 escolas nos municípios de Iranduba, Rio Preto da Eva, Maués, Parintins, Tabatinga, Benjamin Constant, Tapauá, Novo Airão e Autazes. No contexto da cidade de manaus, a atuação do projeto volta-se para as escolas localizadas em zonas periféricas, a exemplo da Zona Norte, particularmente nos bairros da Cidade Nova e Novo Israel, reflete uma escolha estratégica, possivelmente influenciada pela proximidade da área com o Batalhão Norte, responsável pela criação e implementação do programa. O envolvimento de um oficial comandante do Batalhão Norte na concepção do projeto pode ter levado à priorização dessas regiões, que historicamente enfrentam desafios em termos de segurança pública e violência.

No entanto, esse foco na Zona Norte pode limitar o alcance do programa, deixando



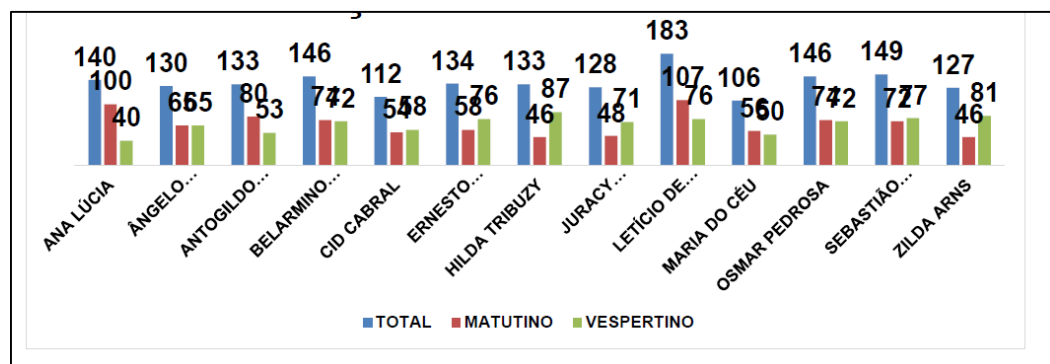
outras áreas críticas da cidade, como a Zona Leste e bairros da Zona Sul, sem a devida cobertura. Essas regiões, em muitas situações, também enfrentam altas taxas de violência e desigualdade, mas não estão sendo igualmente beneficiadas pela presença do PESAC. Para um futuro mais inclusivo e eficaz, é necessário um planejamento que amplie o alcance do programa, levando-o a zonas com alta criminalidade e que carecem de intervenções estratégicas voltadas para a formação cidadã e a prevenção da violência. Uma possível solução seria a expansão do PESAC para essas áreas, considerando a instalação de núcleos adicionais em bairros críticos, ou até mesmo a descentralização da coordenação, permitindo que mais regiões possam ser atendidas simultaneamente.

Ainda, o Relatório de 2024 do projeto conseguiu realizar 560 palestras nas escolas, com 169 delas sendo ministradas pelos operadores do projeto. Além disso, 1.428 visitas às escolas foram realizadas, um número significativo que evidencia o esforço em garantir uma presença contínua e constante. As ações também envolveram 76 treinamentos para a formatura e entrega de lenços, com a participação de 36 turmas, o que não apenas fortaleceu a formação dos alunos, mas também contribuiu para a construção de um ambiente escolar mais seguro e consciente. Em paralelo, foram realizadas 30 buscas ativas, com o objetivo de identificar e proteger alunos vulneráveis, além de 101 reuniões com pais e responsáveis, um dado crucial para reforçar a parceria entre a escola, a família e a polícia na prevenção de problemas como violência doméstica e abandono.

Quadro 2: Produtividade e ações do PESAC no ano de 2024.

Busca Ativa	Palestras	Visitas Escolares	Treinamentos	Formaturas	Reuniões	Consultas Públicas
30	560	1.428	76	36	101	02
Total						2.233

Figura 1: Atuação do Pesac por Unidade Escolar, 2024.



Fonte: PESAC (2024).



Em 2023, o Projeto Escola Segura, Aluno Cidadão (PESAC) demonstrou uma produtividade significativa, com 988 visitas escolares, 26 palestras, 109 treinamentos, 14 formaturas, 36 reuniões com pais e responsáveis e 6 consultas públicas. Esses números refletem um esforço contínuo e abrangente para promover a conscientização e a prevenção da violência nas escolas.

A quantidade de visitas e treinamentos destaca a presença constante da Polícia Militar nas instituições de ensino, enquanto as palestras e formaturas enfatizam a importância da educação e da capacitação tanto para alunos quanto para a comunidade escolar. As reuniões e consultas públicas também demonstram o compromisso do projeto com a colaboração entre escola, família e polícia, consolidando uma rede de apoio essencial para a segurança e o bem-estar dos estudantes.

Quadro 3: Produtividade e ações do PESAC no ano de 2023.

Palestras	Visitas Escolares	Treinamentos	Formaturas	Reuniões	Consultas Públicas
26	988	109	14	39	6
Total					1.179

Fonte: PESAC (2024).

Essas ações do Projeto indicam que há relação com as políticas públicas de redução da violência e o conceito de polícia comunitária pela Polícia Militar do Amazonas. A presença constante da polícia nas escolas promove a segurança e fortalece o vínculo de confiança com a comunidade escolar, essencial para a identificação de casos de violência doméstica, abuso infantil e outros tipos de vulnerabilidade. Isso é um reflexo direto das ações preventivas estabelecidas pelas políticas públicas voltadas à segurança escolar, como a Política Nacional de Segurança Pública com Cidadania, que visa integrar as ações de segurança com o fortalecimento das relações de confiança entre polícia e sociedade.

O projeto também se volta aos problemas recorrentes na escola, a exemplo da violência, uso de drogas, bullying, cyberbullying, racismo, saúde mental e física, todos relacionados a questões de segurança pública e direitos humanos. A abordagem desses temas nas palestras e ações de conscientização não só educa os alunos sobre suas consequências, mas também prepara a comunidade escolar para reconhecer sinais de risco e agir de maneira preventiva. É neste sentido que a atuação do policiamento atua: em ações ativas e presentes,



o que contribui diretamente para a redução de violência, criando um espaço seguro, em que os alunos se sentem mais acolhidos e protegidos, elevando a confiança para relatar casos de abuso e negligência, além de proporcionar a dignidade e o bem-estar.

Os dados do projeto apresentam limitações. No plano de abrangência do programa, uma parceria mais robusta entre a Polícia Militar e outras esferas de governo pode contribuir e garantir que as escolas com registros de ocorrências sejam contempladas. A integração de ações preventivas com a atuação policial nas áreas de maior risco pode contribuir para a diminuição dos índices de criminalidade e a promoção de um ambiente escolar mais seguro. Além do mais, a relevância do PESAC transcende a segurança física, alcançando dimensões sociais e educacionais que exigem avaliação sistemática e metodologicamente rigorosa. A construção de um modelo de avaliação e monitoria se torna relevante para compreender seus impactos, orientar decisões políticas e aprimorar sua implementação.

Dessa forma, compreende-se que a avaliação da efetividade do Programa Escola Segura, Aluno Cidadão (PESAC) deve adotar uma perspectiva multidimensional, articulando dimensões educacionais, sociais e operacionais (Ferreira; Tenório, 2010; Sanchez *et al.*, 2024). Tal abordagem deve integrar métodos quantitativos e qualitativos, incorporando indicadores estatísticos de desempenho e redução da violência, as percepções, valores e experiências dos sujeitos envolvidos: gestores, professores, alunos e comunidade. Assim, propõe-se um modelo avaliativo que volte-se a reconhecer a complexidade das relações entre segurança e educação, capaz de mensurar resultados objetivos, de interpretar os sentidos e impactos sociais das ações do programa, contribuindo para o aprimoramento das políticas públicas de prevenção e promoção da cultura de paz no ambiente escolar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo evidencia a relevância da implementação de estratégias de polícia comunitária no ambiente escolar. Os resultados demonstram que o PESAC tem se configurado como uma ferramenta importante para a promoção da segurança e da cultura de paz nas instituições de ensino, contribuindo para a redução de atos violentos e para o fortalecimento de valores cívicos, como cidadania, disciplina e respeito mútuo entre os estudantes. Os dados revelam a importância do modelo de policiamento comunitário adotado pelo programa, que ultrapassa a simples presença física da polícia nas escolas, incorporando abordagem proativa



pautada na mediação de conflitos, na educação para a cidadania e no estreitamento das relações entre a comunidade escolar e as forças de segurança pública. Esse modelo de atuação, ao promover um ambiente mais seguro, estimula também condições favoráveis para o aprendizado e o desenvolvimento integral dos alunos.

Entretanto, o estudo identificou limitações importantes que merecem atenção para o aperfeiçoamento do programa. A principal delas refere-se à ausência de um modelo de avaliação sistemático e contínuo capaz de mensurar a efetividade do PESAC. A inexistência de instrumentos específicos para a coleta e análise de dados empíricos sobre seus resultados compromete a possibilidade de ajustes e aprimoramentos baseados em evidências concretas, restringindo o potencial de expansão do programa.

Recomenda-se a elaboração e a implementação de um modelo avaliativo que contemple indicadores educacionais, sociais e operacionais, de modo a permitir o monitoramento das ações e a mensuração de seus impactos sobre o clima escolar e a percepção de segurança. Outro ponto relevante observado foi a concentração das atividades do PESAC em escolas localizadas majoritariamente na Zona Norte de Manaus. Essa concentração geográfica pode limitar o alcance e a efetividade do programa, uma vez que outras regiões da cidade também enfrentam altos índices de violência e vulnerabilidade social. Diante disso, propõe-se a ampliação do programa para outras zonas de Manaus, considerando as particularidades socioespaciais de cada território e priorizando áreas com maior exposição a situações de risco. A expansão equitativa do PESAC poderá potencializar sua contribuição para a prevenção da violência escolar e para o fortalecimento das relações entre escola, comunidade e instituições de segurança pública.

O PESAC representa uma iniciativa promissora na consolidação da filosofia de polícia comunitária nas escolas públicas de Manaus, aproximando a segurança pública do campo educacional e promovendo o diálogo como instrumento de prevenção e cidadania. Contudo, para garantir a sustentabilidade e a eficácia de suas ações, é imprescindível o investimento em avaliação contínua, planejamento estratégico e ampliação territorial, de forma que o programa se consolide como uma política pública permanente voltada à proteção e valorização da educação como espaço de convivência pacífica e transformação social.

REFERÊNCIAS



ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1986.

AMAZONAS, Polícia Militar do. **Planejamento Estratégico 2023 – 2032**. Assessoria de Planejamento Estratégico da PMAM. Manaus: PMAM, 2023.

AMAZONAS. **Relatório Anual do Projeto Escola Segura, Aluno Cidadão – PESAC**. Manaus: PMAM, 2024.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. 4. ed. Lisboa: Edições 70, 2016.

BAYLEY, David H. **Changing the guard. Developing democratic police abroad**. New York/Oxford: Oxford University Press, 2005.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 10 dez. 2025.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 10 dez. 2025.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP). **Diretriz Nacional de Polícia Comunitária**. Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP). Brasília, 2019.

BRASIL. **Dez massacres em escolas foram evitados pelas Polícias Civis com ajuda do Ministério da Justiça e Segurança Pública neste ano. Governo Federal**. Brasília, 17 de ago. de 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/noticias/dez-massacres-em-escolas-foram-evitados-pelas-policias-civis-com-ajuda-do-ministerio-da-justica-e-seguranca-publica-neste-ano>. Acesso em 30 de set. de 2022.

CERQUEIRA, Carlos M. N. **Do Patrulhamento ao Policiamento**. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2001.

FERREIRA, Rosilda Arruda; TENÓRIO, Robinson Moreira. **A construção de indicadores de qualidade no campo da avaliação educacional: um enfoque epistemológico**. Revista Lusófona de Educação. Lisboa, 2010. Disponível em: <https://revistas.ulusofona.pt/index.php/rleducacao/article/view/1521>. Acesso em: 15 nov. 2025.

FIGUEIREDO, W. F. **A geografia do bairro da Compensa**. Monografia (Bacharelado em Geografia) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2003.

FLEURY, Maria Tereza Leme; WERLANG, Sérgio R. C. **Metodologia da pesquisa aplicada**. São Paulo: Atlas, 2017.

FREITAS, Antônio Natanael Silva de; COSTA, Leonardo Moraes; NASCIMENTO, Marcio de Jesus Lima do. **A relevância da segurança nas escolas públicas brasileiras: uma análise na ronda escolar municipal e do PROERD em Manaus**. *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação – REASE*, São Paulo, v. 1, n. 4. 2025.



GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

GUEDES, Aline Costa Pereira; ANJOS, Sidney Rodrigues dos. **Ações sociais da Polícia Militar: PROERD e Projeto Polícia Mirim na Cidade de Uruaçu-GO**. REBESP, 2018. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://www.mpac.mp.br/wp-content/uploads/Artigo-Acoes-sociais-da-Policia-Militar-PROERD.pdf>. Acesso em: 15 de nov. 2025.

HAESBAERT, Rogério. **Desterritorialização**: entre redes e os aglomerados de exclusão. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (org.). *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 165–187.

LENZA, Pedro. **Direito Constitucional Esquematizado**. 21. ed. São Paulo: Sarava, 2017.

MAGALHÃES, Ronaldo de Souza. **Escolas Sitiadas**: os impactos do tráfico de drogas nas Escolas Públicas de Manaus. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Geografia. Manaus: UFAM, 2023. Disponível em: <https://tede.ufam.edu.br/handle/tede/9672>. Acesso em 15 de out. de 2025.

MARQUES, Ana Cecília Petta Roselli; CRUZ, Marcelo S. **O adolescente e o uso de drogas**. Revista Brasileira de Psiquiatria. São Paulo: 2000.

MELLO, Cesar Maurício de Abreu; DUARTE, Erika Natalie Pereira Miralha; CAVALCANTE, Denis Caetano Gomes; ALMEIDA, Marcus Vinicius Oliveira de; BEZERRA NETO, Francisco Camurça. **Estratégias para o enfrentamento da criminalidade e violência no Estado do Amazonas**. Revista Caderno Pedagógico – Studies Publicações, Curitiba, v. 22, n. 5, p. 01, 2025. Disponível em: <https://ojs.studiespublicacoes.com.br/ojs/index.php/cadped/article/view/14554/8369>. Acesso em: 2 dez. 2025.

NETO, Paulo de Mesquita. **Policiamento comunitário e prevenção do crime**: a visão dos coronéis da Polícia Militar. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 18, n. 1, p. 103-110, 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/spp/a/m47QbPsC7vdt45JDMLy7Ndy/?lang=pt>. Acesso em: 07 dez. 2025.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **Relatório mundial sobre violência e saúde**. Genebra: OMS, 2002.

OBSERVADH – OBSERVATÓRIO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS. **Violências nas escolas**: violências no entorno e nos territórios. Brasília: MEC; MDHC; UNESCO; Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2024.

PIMENTA, Melissa de Matos. Juventude e Violência. In: LIMA, Renato Sérgio de; RATTON, José Luiz; AZEVEDO, Rodrigo Ghiringhelli de (Org). **Crime, polícia e justiça no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2014, pp. 265-292.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico**: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 3. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

ROCHA, Alexandre Pereira da. **Policiamento democrático no Brasil**: enquadramentos teóricos



e desilusões empíricas. Um estudo das polícias do Distrito Federal. Civitas, Porto Alegre, v. 13, n. 1, p. 56-76, jan./abr. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/civitas/a/5bwKPTRYDL7fw5ZQXz3rnpm/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 3 de nov. 2025.

ROSEMBBAUM, Dennis P. The changing role of the police: assessing the impact of community policing. **Thousand Oaks: Sage Publications**, 2002.

SANCHEZ, Zila van der Meer; VALENTE, Juliana Yurgel; GUSMÕES, Júlia Dell Sol Passos; FERREIRA JUNIOR, Valdemir; ANDREONI, Solange; COGO-MOREIRA, Hugo. **Relatório de pesquisa: avaliação da efetividade do Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD) da Polícia Militar do Estado de São Paulo**. São Paulo: UNIFESP, 2020. Disponível em: [chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://ponte.org/wpcontent/uploads/2021/12/relatorio-proerd-final.pdf](https://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://ponte.org/wpcontent/uploads/2021/12/relatorio-proerd-final.pdf). Acesso em: 15 nov. 2025.

SKOLNICK, Jerome H.; BAYLEY, David H. The new blue line: police innovation in six American cities. **New York: The Free Press**, 2002.

SOUZA, Maria Lúcia. **As drogas e a questão urbana no Brasil**: a dinâmica socioespacial nas cidades sob a influência do tráfico de tóxicos. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (org.). *Brasil: questões atuais da reorganização do território*. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996. p. 149–164.

VALENTE, Juliana Y.; GALVÃO, Patricia Paiva de Oliveira; GUSMOES, Julia Dell Sol Passos; SANCHEZ, Zila M. **Revisão sistemática sobre o efeito do programa escolar de prevenção ao uso de drogas Keepin' it REAL**: traduzido e implementado no Brasil pelo PROERD. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 27, n. 11, p. 4175-4189, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/fgT7DCK5BBjW3FMNd3NSQpL/abstract/?format=html&lang=pt>. Acesso em 10 de out. 2025.